

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1661843

Dinâmica da cadeia produtiva do açaí no estado do Amazonas: análise territorial, econômica e socioambiental (2020–2024)

Arnaldo Costa Gama

Rodisley Assis Sembrera

Nelciney José de Souza Araújo

Resumo: O açaí é um dos produtos mais expressivos da sociobiodiversidade amazônica. Este artigo analisa sua cadeia produtiva no Amazonas entre 2020 e 2024, enfocando evolução da produção, distribuição territorial, estrutura da cadeia de valor e desafios socioambientais. O objetivo é caracterizar a cadeia, identificando municípios protagonistas, volumes e valores de produção e implicações socioambientais. Metodologicamente, é pesquisa aplicada, quali-quantitativa, descritiva e explicativa, baseada em dados do IBGE/PAM, OIT, Idam e estudos acadêmicos. Os resultados indicam que o Amazonas é o segundo maior produtor nacional, com 91.345 toneladas em 2024, valor de R\$ 201,9 milhões e rendimento de 11.202 kg/há. Codajás lidera a produção, seguido por Humaitá, Coari e Anori. Conclui-se que a expansão convive com informalidade, vulnerabilidades trabalhistas e necessidade de políticas públicas que articulem produtividade e sustentabilidade.

Palavras-chave: Açaí. Cadeia Produtiva. Amazonas. Territorialidade. Sociobiodiversidade.

Dynamics of the açaí production chain in Amazonas state: territorial, economic and socio-environmental analysis (2020–2024)

Abstract: Açaí is one of the most expressive products of Amazonian sociobiodiversity. This article analyzes its production chain in Amazonas between 2020 and 2024, focusing on production evolution, territorial distribution, value chain structure and socio-environmental challenges. The objective is to characterize the chain, identifying leading municipalities, production volumes and values, and socio-environmental implications. Methodologically, it is applied, qualitative-quantitative, descriptive and explanatory research, based on data from IBGE/PAM, ILO, Idam and academic studies. Results indicate that Amazonas is the second largest national producer, with 91,345 tons in 2024, value of R\$ 201.9 million and yield of 11,202 kg/há. Codajás leads production, followed by Humaitá, Coari and Anori. It concludes that expansion coexists with informality, labor vulnerabilities and the need for public policies that articulate productivity and sustainability

Keywords: Açaí. Production Chain. Amazonas. Territoriality. Sociobiodiversity.

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1661843

1 Introdução

O açaí integra o patrimônio biocultural e econômico da Amazônia brasileira (OIT, 2024). O Fruto de palmeiras nativas que crescem sobretudo nas várzeas ribeirinhas, o açaí transcendeu historicamente a condição de alimento básico das populações tradicionais para se consolidar como commodity de expressão nacional e internacional. Esse deslocamento de escala, verificado com maior intensidade a partir da década de 1990, reconfigurou as estruturas produtivas, sociais e ambientais da Amazônia, o que tem impactado nas dimensões econômicas, territoriais e socioambientais do processo (IBGE, 2024; IDAM, 2026).

De acordo com o IBGE, o Brasil produziu 1.741.757 toneladas de açaí cultivado em 2024, com valor de produção de R\$ 7.770.712 mil e área colhida de 262.289 hectares, e rendimento médio de 6.641 kg/há (IBGE, 2024). O Pará mantém posição de liderança absoluta, respondendo por R\$ 7,4 bilhões do valor total, enquanto o Amazonas ocupa a segunda colocação, com R\$ 201,9 milhões e 91.345 toneladas produzidas.

Embora a participação relativa do Amazonas seja substancialmente menor do que a do Pará, o estado apresenta rendimento médio de 11.202 kg/há, valor 68,7% superior à média nacional. Tal dado aponta para uma configuração produtiva diferenciada, ancorada principalmente na espécie “Euterpe precatória”, o chamado açaí-solteiro, cujo predomínio no Amazonas determina sistemas de produção distintos dos adotados no Pará (IBGE, 2024).

Apesar do crescimento produtivo expressivo, a cadeia do açaí no Amazonas, apresenta informalidade nas relações comerciais e trabalhistas, a dependência de intermediários, a precariedade logística, as condições de trabalho dos coletores (denominados peconheiros) e a ausência de dados estatísticos sistematizados para diversas etapas da cadeia comprometem a distribuição equitativa dos benefícios econômicos gerados pelo setor (OIT, 2024; SIQUEIRA, 2018).

Ao mesmo tempo, a conversão de sistemas florestais diversificados em monocultivos intensivos ameaça a resiliência dos ecossistemas produtivos locais, fenômeno já documentado no Pará e em processo incipiente no Amazonas.

Diante desse contexto, a presente investigação formula a seguinte pergunta de pesquisa: como se configura a dinâmica produtiva e territorial do açaí no estado do Amazonas no período 2020 e 2024, e quais são os principais vetores de crescimento e os nós críticos identificáveis na cadeia de valor?

O objetivo geral é caracterizar essa cadeia, identificando os municípios protagonistas, os volumes e valores de produção e as implicações socioambientais do processo de expansão. Para tanto, definem-se os seguintes objetivos específicos: (a) descrever a evolução histórica e a estrutura da cadeia de valor do açaí na Amazônia, com ênfase no contexto do Amazonas; (b) analisar os dados de produção por município e identificar os territórios de maior dinamismo produtivo no estado.

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1661843

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O açaí como produto da sociobiodiversidade amazônica

O açaizeiro pertence ao gênero botânico *Euterpe* e apresenta duas espécies comerciais de grande importância na Amazônia brasileira: a *Euterpe precatoria*, conhecida como açaí-solteiro, predominante no Amazonas, e a *Euterpe oleracea*, denominada açaí-de-touceira ou açaí-do-Pará. A distinção entre as espécies é biologicamente determinante: enquanto a *Euterpe oleracea* perfilha, permitindo o manejo das touceiras sem o sacrifício da palmeira, a *Euterpe precatoria* possui caule único, o que impõe restrições estruturais à intensificação do cultivo.

A Organização Internacional do Trabalho – OIT caracteriza o habitat de origem da espécie nos seguintes termos:

O açaí é uma fruta típica e popular da Amazônia que cresce abundantemente nas várzeas, áreas planas e baixas de formação sedimentar recente que margeiam os rios e cuja extensão pode atingir vários quilômetros de largura. O açaizeiro pertence ao gênero botânico *Euterpe* e destaca-se por apresentar duas espécies comerciais de grande importância na Amazônia brasileira: *Euterpe precatoria* (açaí-solteiro) e *Euterpe oleracea* (açaí-do-Pará). A *Euterpe edulis*, espécie não perfilhadora da Mata Atlântica, sofreu intensa exploração para obtenção de palmito, contribuindo para seu declínio populacional (OIT, 2024. P. 13).

A diferença botânica entre as espécies tem implicações diretas nos sistemas de manejo e na dinâmica produtiva de cada estado. Conforme destaca Homma (2016), a transição do extrativismo para o cultivo intensivo do açaí na Amazônia oriental tem gerado profundas transformações nos sistemas produtivos, com impactos significativos sobre a economia agrário-florestal da região. No Amazonas, o predomínio da *Euterpe precatoria* determina práticas agroextrativistas com menor aptidão ao manejo intensivo e maior dependência dos sistemas florestais naturais. O contexto histórico, o foco econômico das palmeiras amazônicas era a extração do palmito, e o fruto ocupava papel secundário na economia regional.

Essa dinâmica começou a se reverter na década de 1970, quando a exploração predatória da *Euterpe edulis* no Sudeste e a crescente demanda urbana por sucos de açaí criaram condições para a valorização comercial do fruto (OIT, 2024). A partir dos anos 1990, com a consolidação do mercado de polpas congeladas e a penetração do produto em centros consumidores como São Paulo e Rio de Janeiro, a cadeia produtiva adquiriu nova configuração, progressivamente orientada para mercados nacionais e internacionais.

No estado do Amazonas, segundo levantamento sistematizado por Siqueira (2018), com base em estudos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e do próprio Idam, aproximadamente 90% da produção estadual de açaí advém do extrativismo nativo ou do manejo de sistemas agroflorestais, ao passo que apenas 10% são provenientes de plantios em terra firme irrigados, de alto rendimento unitário.

Esse dado, embora expressivo, poderia, à primeira vista, ser interpretado como sinal de atraso tecnológico ou subdesenvolvimento produtivo. No entanto, uma leitura mais aprofundada indica que a base produtiva do açaí no Amazonas está enraizada em

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1661843

formas de manejo que são, simultaneamente, ecologicamente mais resilientes e socialmente mais inclusivas do que os sistemas de cultivo intensivo, uma vez que dependem de conhecimento tradicional acumulado, de redes comunitárias de coleta e de vínculos territoriais historicamente construídos com os ecossistemas de várzea e de terra firme. O próprio Siqueira (2018) registra que, apesar da intensificação do plantio de açaí nos sítios, a parcela da produção originada pela exploração de açaizais em áreas de floresta ainda responde pela quase totalidade das safras anuais no Amazonas, conforme já apontava Martinot (2013).

Tal configuração aponta uma contradição estrutural que a análise dos dados do IBGE não capta diretamente: ao mesmo tempo em que os 10% de plantios irrigados em terra firme apresentam rendimento médio unitário superior, o que explica em parte o alto rendimento médio estadual de 11.202 kg/há registrado em 2024, são os 90% extrativistas que sustentam a maior parte da produção absoluta, a segurança alimentar das famílias ribeirinhas e a conservação dos agroecossistemas florestais.

Essa assimetria entre visibilidade estatística e relevância socioambiental apresenta um nó analítico para a formulação de políticas públicas: intervenções que priorizem exclusivamente o incremento da produtividade via cultivo intensivo, sem reconhecer e fortalecer a base extrativista, correm o risco de desestabilizar os arranjos socioprodutivos, que historicamente, sustentam a cadeia.

2.2 A cadeia de valor do açaí

A cadeia produtiva do açaí é estruturalmente complexa, envolvendo múltiplos atores que operam desde a extração nas comunidades ribeirinhas até a comercialização nas indústrias processadoras nacionais e nos mercados de exportação.

A OIT (2024, p. 24) sintetiza essa estrutura:

Esta cadeia produtiva é formada pela inter-relação de atividades de valor que engloba desde a extração e/ou produção do fruto até a sua comercialização com processadores e indústrias espalhadas pelo Brasil e pelo mundo. A produção do açaí é composta por duas cadeias: a primeira é a agroextrativista, onde há todas as atividades-chave para a extração ou cultivo do fruto; e a segunda cadeia, a industrial, na qual há o processo de transformação que permite a comercialização do açaí em polpa ou em pó. A estrutura produtiva pode ser subdividida em cinco grandes segmentos: fornecedores de insumos; extração e/ou produção do açaí; processamento; processamento secundário; e comercialização (OIT, 2024. P. 24).

Essa estrutura se apresenta como uma cadeia longa, com múltiplos pontos de intermediação. Os proprietários das áreas produtoras, os coletores (peconheiros), os atravessadores, os batedores artesanais, as cooperativas e as agroindústrias compõem um arranjo de interações cujos termos de troca são frequentemente desfavoráveis aos extrativistas. Estudos de Tagore e Canto (2021) sobre os arranjos produtivos locais no Pará evidenciam que os sistemas de manejo do açaí em assentamentos agroextrativistas apresentam custos de produção diferenciados, com variações significativas entre o extrativismo tradicional e os sistemas de cultivo intensivo, o que repercute diretamente na viabilidade econômica da cadeia.

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1661843

A OIT (2024) destaca que os intermediários costumam exercer poder monopolista sobre a comercialização local, adquirindo a produção por valores irrisórios e revendendo produtos industrializados por preços até quatro vezes superiores aos do mercado, situação historicamente conhecida como sistema de aviamento.

A cadeia de valor do açaí é caracterizada por múltiplos agentes sociais, longas distâncias e variabilidade intra-sazonal acentuada dos preços, elementos que dificultam o planejamento produtivo das comunidades e ampliam a dependência em relação aos intermediários (SIQUEIRA, 2018).

2.3 Políticas públicas e arranjos institucionais para o açaí no Amazonas

A expansão da cadeia produtiva do açaí na Amazônia não ocorreu em vácuo institucional. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu bases normativas para a proteção dos direitos territoriais e culturais das populações tradicionais, reconhecendo nos artigos 215, 216 e 231 a diversidade cultural e os direitos de usufruto dos recursos naturais por povos indígenas e quilombolas (OIT, 2024). Paralelamente, marcos legais específicos para a agricultura familiar e o extrativismo criaram um ambiente institucional progressivamente mais favorável à valorização dos produtos florestais não madeireiros, incluindo o açaí.

O Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (Idam) tem desempenhado ações voltadas para a cadeia produtiva do Açaí. O Projeto Prioritário (PP) da Cadeia Produtiva do Açaí, coordenado pelo Idam, opera em 14 municípios: Codajás, Anori, Anamá, Benjamin Constant, Borba, Coari, Fonte Boa, Humaitá, Lábrea, Manicoré, Nova Olinda do Norte, Rio Preto da Eva, Tapauá e Tefé, com foco na transição do modelo extrativista para o cultivo ordenado.

Segundo o Idam (2026), entre 2018 e 2024 a produção estadual saltou de 550,8 mil para 1,3 milhão de toneladas, aumento de 150%, e a área plantada cresceu 173%, ultrapassando 11 mil hectares. Em 2026, a promulgação da Lei n.º 15.330 reconheceu o açaí como fruta nacional do Brasil, fortalecendo a soberania em torno do produto e abrindo perspectivas para maior acesso a mercados internacionais.

Conforme argumenta Yamaguchi (2025), a bioeconomia regional do açaí no Amazonas depende tanto de políticas de fomento à produção quanto de estratégias de valoração dos produtos florestais não madeireiros, sendo necessário articular o conhecimento tradicional das populações ribeirinhas com inovações tecnológicas adequadas às especificidades da espécie *Euterpe precatoria*. Oliveira e Veiga Junior (2024), em estudo sobre a cadeia produtiva do açaí no Amazonas, reforçam que a sustentabilidade socioeconômica do setor está diretamente vinculada à capacidade de agregação de valor nos municípios produtores, especialmente mediante a implantação de unidades de beneficiamento e a adoção de certificações de origem.

2.4 Sustentabilidade e riscos da intensificação produtiva

A tensão entre crescimento produtivo e sustentabilidade é um vetor estruturante das análises sobre a cadeia do açaí. Estudos realizados no Pará indicam que, entre 2000 e

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1661843

2020, 31% dos açaizais passaram de sistemas diversificados e sombreados para monocultivos de manejo intensivo, resultando em reorganização das florestas estuarinas, com redução na abundância de caules, na riqueza de espécies arbóreas e na diversidade funcional (OIT, 2024).

No Amazonas, embora o processo seja menos avançado, a introdução de variedades de *Euterpe oleracea* pelo Idam estimula o cultivo em terra firme, o que pode alterar progressivamente a base ecológica dos sistemas produtivos.

Siqueira (2018, p. 26) propõe o conceito de agroecossistemas amazônicos como quadro analítico adequado para essa tensão:

Agroecossistemas podem ser compreendidos a partir da associação de inúmeros ecossistemas numa relação de interdependência econômica para a manutenção socioambiental. Seguem princípios da agroecologia, produzindo paisagens biodiversas, resilientes e eficientes do ponto de vista energético, socialmente justas, sustentáveis e vinculadas à soberania alimentar. Falar em agroecologia é pensar o sistema ambiental como sendo aberto, complexo e numa dinâmica dialógica entre todas as unidades compostas no sistema ambiental (SIQUEIRA, 2018. P. 26).

Essa perspectiva dialoga diretamente com os desafios da bioeconomia regional e como ampliar a produção e o valor gerado pelo açaí sem comprometer a base ecológica que sustenta os açaizais nativos? A resposta passa pelo território e pelas dinâmicas municipais, o que justifica tanto a dimensão empírica desta pesquisa quanto o uso de representações cartográficas e de séries históricas na análise dos resultados.

3 Metodologia

A pesquisa é de natureza aplicada, com abordagem quali-quantitativa: qualitativa na análise das estruturas da cadeia de valor, dos atores envolvidos e das implicações socioambientais; quantitativa no tratamento dos dados de produção, área colhida, valor econômico e rendimento médio por município e período. É também descritiva e explicativa.

Quanto aos procedimentos técnicos a pesquisa é bibliográfica e documental, com base em dados secundários da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM/IBGE) para o período 2020 e 2024, no Diagnóstico Rápido Setorial da OIT (2024), nos relatórios institucionais do Idam (2026). Os cartogramas municipais e estaduais utilizados neste trabalho foram obtidos diretamente da plataforma do IBGE (Sidra/PAM), que os disponibiliza como recursos oficiais de visualização da produção agropecuária municipal, e incorporados sem alteração de escala cromática para preservar a fidelidade às classes definidas pelo órgão. A análise dos dados quantitativos adotou estatística descritiva, com cálculo de variações percentuais e participações relativas.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Panorama nacional: o açaí no Brasil em perspectiva territorial

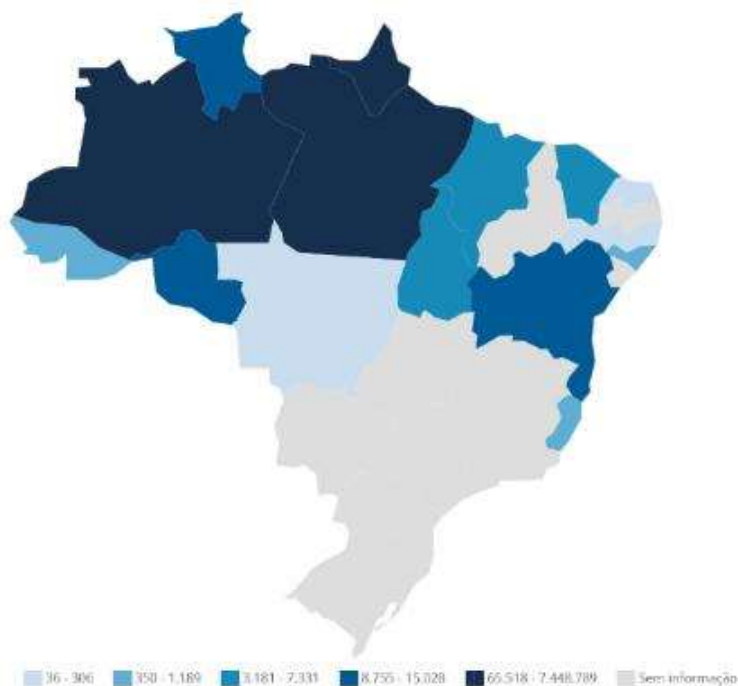
Em 2024, o Brasil produziu 1.741.757 toneladas de açaí cultivado em 262.289 hectares, com valor total de R\$ 7.770.712 mil e rendimento médio de 6.641 kg/há (IBGE,

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1661843

2024). A análise da distribuição espacial desse valor apresenta uma estrutura territorial fortemente concentrada na Região Norte, conforme evidenciado pela figura 1, o qual permite identificar os estados produtores e sua posição relativa no cenário nacional.

Figura 1 – Açaí (cultivo): valor da produção por estado, Brasil, 2024 (Mil Reais).



Fonte: IBGE – Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), 2024. Elaboração: plataforma Sidra/IBGE.

PAM: Valor da produção, Quantidade produzida, Área colhida, Rendimento médio, Maior produtor

Censo Agropecuário: Estabelecimentos, Número de pés.

A Figura 1 apresenta a produção de açaí, cultivado no Brasil, é um fenômeno essencialmente nortenho. O Pará, classificado na faixa máxima da escala (R\$ 65.518 a R\$ 7.448.789 mil), concentra sozinho R\$ 7,4 bilhões do valor nacional, equivalente a 95,9% do total.

O Amazonas e o Amapá integram a segunda faixa da escala (R\$ 8.755 a R\$ 15.028 mil, compartilhada com Roraima e Bahia), embora com valores absolutos bastante distintos: o Amazonas registrou R\$ 201,9 milhões e o Amapá R\$ 65,5 milhões. Essa aparente proximidade de faixas deve ser lida com cautela, dado que a escala cromática condensa uma amplitude de mais de três ordens de grandeza entre os valores extremos, o que é característico das variáveis de produção agropecuária com distribuição assimétrica.

A Região Nordeste apresenta produção pulverizada em estados como Bahia (R\$ 15,0 milhões), Maranhão (R\$ 7,3 milhões), Ceará (R\$ 3,2 milhões) e Tocantins (R\$ 3,3 milhões). Esses estados utilizam, em geral, variedades melhoradas da Embrapa (BRS/Pará e BRS/Pai D'égua) introduzidas por programas estaduais de fomento, com plantios em terra firme sob irrigação.

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1661843

O fenômeno da difusão da cultura para fora da Amazônia, visível na tonalidade azul clara que aparece no litoral nordestino do Mapa 1, indica a consolidação de um mercado consumidor que tem estimulado produtores regionais a investir em variedades cultivadas de açaí.

Rondônia (R\$ 8,8 milhões) e Roraima (R\$ 14,4 milhões) completam os estados amazônicos com produção registrada, enquanto Mato Grosso e Acre apresentam valores marginais. As regiões Centro-Oeste (exceto Mato Grosso), Sudeste e Sul permanecem sem produção relevante, confirmando os limites climáticos e edáficos da cultura em condições subtropicais e semiáridas.

Quadro 1 – Valor da produção de açaí cultivado por estado, Brasil, 2024

Estado / Região	Valor da Produção (Mil R\$)	Part. Nacional (%)
Pará — Região Norte	7.448.789	95,9
Amazonas — Região Norte	201.938	2,6
Amapá — Região Norte	65.518	0,8
Roraima — Região Norte	14.403	0,2
Rondônia — Região Norte	8.755	0,1
Acre — Região Norte	358	< 0,1
Bahia — Região Nordeste	15.028	0,2
Tocantins — Região Norte	3.329	< 0,1
Ceará — Região Nordeste	3.181	< 0,1
Maranhão — Região Nordeste	7.331	< 0,1
Demais estados (7 com produção)	2.082	< 0,1
BRASIL	7.770.712	100,0

Fonte: Elaborado pelos autores com base em IBGE/PAM – Açaí (cultivo), 2024.

O Quadro 1 confirma a leitura cartográfica: a produção de açaí cultivado no Brasil é amplamente dominada pelo Pará (95,9%), seguido pelo Amazonas (2,6%) e pelo Amapá (0,8%). Os demais estados da Região Norte totalizam cerca de 0,4% do valor nacional, e os estados das demais regiões somam menos de 0,3%.

Essa distribuição, embora a cultura venha se difundindo para novos territórios, a Amazônia oriental e central permanece o core produtivo da cadeia, com vantagens competitivas difíceis de replicar em outras regiões no curto prazo.



ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1661843

4.2 Série histórica nacional e evolução do Amazonas (2020–2024)

O Quadro 2 consolida essa evolução da produção do açaí cultivado no Brasil para o período 2020–2024 permitindo comparação direta entre as trajetórias nacional e estadual.

Quadro 2 – Brasil e Amazonas, Série histórica do valor da produção de açaí cultivado, Período 2020–2024, Mil Reais.

Ano	Brasil (Mil R\$)	Amazonas (Mil R\$)	Var. AM (%)	Part. AM/BR (%)
2020	4.646.803	125.368	–	2,70
2021	5.300.737	136.377	+8,8	2,57
2022	6.147.517	178.723	+31,1	2,91
2023	8.056.995	220.908	+23,6	2,74
2024	7.770.712	201.938	–8,6	2,60

Fonte: Elaborado pelos autores com base em IBGE/PAM – Açaí (cultivo), 2020–2024.

No contexto brasileiro, o valor da produção cresceu 73,4% entre 2020 e 2023, passando de R\$ 4,6 bilhões para R\$ 8,1 bilhões, antes de recuar 3,5% em 2024. No Amazonas, o crescimento no mesmo intervalo foi ainda mais expressivo: 76,2%, com o valor saindo de R\$ 125,4 milhões para R\$ 220,9 milhões, e retração de 8,6% em 2024, ligeiramente superior à média nacional.

A participação do Amazonas no valor nacional oscilou entre 2,57% e 2,91% no período, sem tendência definida de ampliação da fatia estadual, o que indica que o crescimento do Amazonas acompanhou, sem superar estruturalmente, o ritmo nacional.

A representação gráfica da série histórica, apresentada na Figura 2, permite visualizar com clareza a inflexão de 2024 no Amazonas e confirma a trajetória de expansão do valor da produção ao longo do período analisado.

Figura 2 – Amazonas, Série histórica do valor da produção de açaí cultivado, período 2020–2024 (Mil Reais)



Fonte: IBGE – Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), 2024. Elaboração: plataforma Sidra/IBGE.



ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1661843

A Figura 2 torna visível que o crescimento do valor da produção no Amazonas, embora consistente entre 2020 e 2023, não seguiu trajetória linear: o salto de 31,1% observado em 2022 foi o mais acentuado do período, possivelmente associado à combinação de ampliação de área colhida e valorização de preços no mercado spot da polpa de açaí.

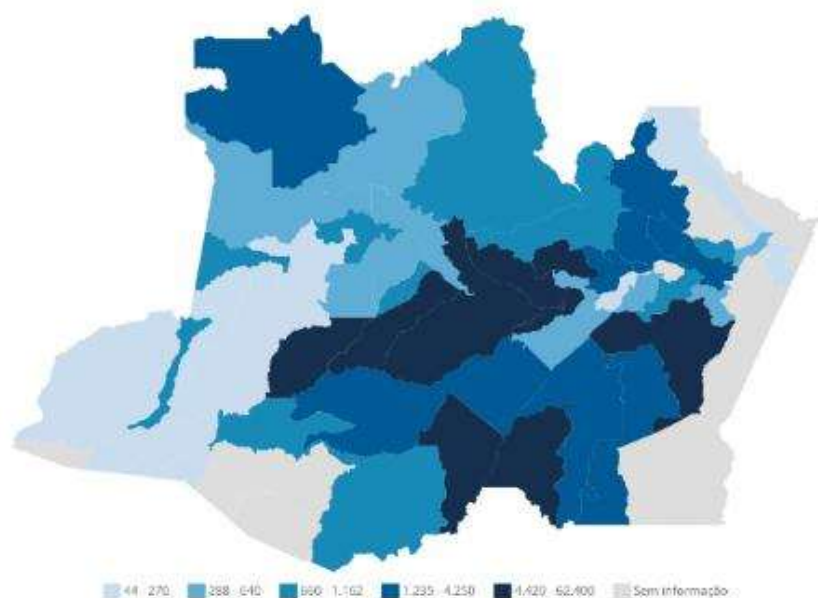
A retração de 8,6% em 2024 pode ser atribuída a fatores conjunturais, tais como: oscilações climáticas, ajuste de preços pós-pico de 2023 e eventual redistribuição de área entre produção cultivada e extrativista, categorias que o PAM/IBGE registra em pesquisas distintas. Essa variabilidade interanual reforça a importância de políticas de estabilização de renda para os produtores familiares, dada sua exposição às flutuações do mercado sem instrumentos adequados de proteção financeira.

4.3 Distribuição territorial da produção nos municípios do Amazonas (2024)

A escala estadual apresenta uma segunda dimensão da concentração produtiva: dentro do Amazonas, a produção de açaí cultivado é dominada por um conjunto pequeno de municípios, com destaque absoluto para os municípios Codajás e Humaitá.

A Figura 3, elaborado na plataforma PAM/IBGE para o ano de 2024, apresenta a distribuição do valor da produção em cinco classes cromáticas, com escala em tons de azul que permite identificar os gradientes de intensidade produtiva no território estadual.

Figura 3 – Açaí (cultivo): valor da produção por município, Amazonas, 2024 (Mil Reais)



Fonte: IBGE – Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), 2024. Elaboração: plataforma Sidra/IBGE.
PAM: Valor da produção, Quantidade produzida, Área colhida, Rendimento médio, Maior produtor.
Censo Agropecuário: Estabelecimento, Número de pés.

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1661843

A Figura 3 apresenta três padrões territoriais distintos na distribuição do valor da produção de açaí no Estado do Amazonas. O primeiro é o da concentração polarizada no centro-leste e sul do estado, representado pelos municípios de Codajás e Humaitá, únicos classificados na faixa máxima da escala (R\$ 4.420 a R\$ 62.400 mil).

Codajás, situado à margem esquerda do Rio Solimões, registrou R\$ 62,4 milhões, sendo reconhecido pelo Idam (2026) como a capital estadual do açaí e detentor de Indicação Geográfica que abrange também Anori e Coari. Humaitá, no vale do Rio Madeira, registrou R\$ 36,8 milhões, confirmando a expansão do cultivo para a porção sul do estado, área contemplada pelo Projeto Prioritário do Idam.

O segundo padrão é o da produção intermediária, observável nos municípios classificados nas faixas R\$ 1.235 a R\$ 4.250 mil e R\$ 660 a R\$ 1.162 mil no Mapa 2, representados pelos tons de azul médio e azul escuro. Esse conjunto inclui Coari (R\$ 14,2 milhões), Anori (R\$ 12,2 milhões), Borba (R\$ 8,8 milhões), Carauari (R\$ 7,7 milhões), Caapiranga (R\$ 7,3 milhões) e Canutama (R\$ 5,6 milhões), entre outros.

Geograficamente, esses municípios distribuem-se ao longo dos rios Solimões, Juruá e Madeira, confirmando a hidrografia como estruturante da territorialidade produtiva do açaí no estado, dado que as palmeiras de Euterpe precatoria ocorrem naturalmente nas várzeas e igapós associados a esses corpos d'água.

O terceiro padrão é o da produção difusa e emergente, representado pela maioria dos municípios classificados nas faixas mais claras do Mapa 2 (R\$ 44 a R\$ 270 mil e R\$ 288 a R\$ 640 mil). Esses territórios encontram-se em diferentes partes do estado, incluindo áreas próximas à capital Manaus (Iranduba, Manacapuru, Careiro), municípios do Alto Rio Negro (São Gabriel da Cachoeira, Barcelos) e da calha do Rio Purus (Tapauá, Canutama), e sinalizam a expansão gradual da cultura para além dos polos tradicionais.

A presença de municípios com produção registrada em regiões de fronteira do estado, como Tabatinga e Atalaia do Norte, revela ainda a potencialidade de integração da cadeia com territórios transfronteiriços.

Quadro 3 – Principais municípios produtores de açaí cultivado no Amazonas, 2024.

Rank	Município	Valor (Mil R\$)	Part. Estadual (%)
1º	Codajás	62.400	30,9
2º	Humaitá	36.800	18,2
3º	Coari	14.220	7,0
4º	Anori	12.240	6,1
5º	Borba	8.750	4,3
6º	Carauari	7.747	3,8
7º	Caapiranga	7.258	3,6
8º	Canutama	5.610	2,8
9º	Tefé	4.420	2,2
10º	Tapauá	4.250	2,1
11º–51º	Demais municípios com produção registrada (41 mun.)	38.243	18,9
TOTAL		201.938	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor com base em IBGE/PAM – Açaí (cultivo), 2024.

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1661843

Os dez maiores municípios produtores respondem por 81% do valor estadual, e apenas Codajás e Humaitá concentram 49,1%. Essa elevada concentração reflete, em parte, a atuação do Projeto Prioritário do Idam: dos dez municípios líderes, oito estão entre os 14 contemplados pelo projeto: Codajás, Anori, Borba, Canutama (indiretamente relacionado), Coari, Tefé, Tapauá e Humaitá.

A correlação entre a presença do projeto e o desempenho produtivo municipal é sugestiva, embora sua causalidade deva ser investigada em pesquisas com séries longitudinais mais longas.

4.4 Estrutura da cadeia de valor e desafios socioambientais no Amazonas

A distribuição desse valor ao longo da cadeia de valor é estruturalmente assimétrica, com concentração dos ganhos nos elos intermediários e nas agroindústrias. Conforme documenta a OIT (2024) os intermediários geralmente conseguem absorver todo o volume de produção de determinados territórios porque fazem parte de arranjos comerciais consolidados por grandes empresas, enquanto os termos de troca são desfavoráveis aos extrativistas, que recebem pouco pelos produtos extraídos da floresta e precisam pagar por gêneros básicos a preços até quatro vezes superiores aos do mercado urbano.

As condições de trabalho dos peconheiros constituem o nó crítico. A atividade de coleta dos cachos de açaí nas palmeiras é realizada, predominantemente, sem equipamentos de proteção individual, envolve risco elevado de acidentes por queda e é frequentemente exercida por crianças e adolescentes, sob justificativa cultural de transmissão intergeracional do saber.

A OIT (2024) reporta que 89% dos entrevistados em sua pesquisa afirmaram que alguém de sua família ou um meeiro já sofreu acidente de trabalho no açaizal e que, em 54% dos casos, o acidente resultou em internação hospitalar. Esse dado contrasta com a quase total invisibilidade das condições laborais perante o consumidor final, situação que os elos mais fortes da cadeia, sejam elas, indústrias, atacadistas e varejistas que utilizam para se eximir de responsabilidades sobre a segurança do trabalhador.

Por outro lado, o Projeto Prioritário do Idam, ao avançar na introdução de variedades de *Euterpe oleracea* em áreas de terra firme com irrigação, pode gerar pressões sobre a diversidade dos agroecossistemas, caso não seja acompanhado de monitoramento ambiental adequado e de avaliação contínua dos impactos sobre os sistemas produtivos tradicionais.

A perspectiva dos agroecossistemas proposta por Siqueira (2018) alerta para o fato de que a intensificação produtiva, ao homogeneizar as paisagens florestais, pode comprometer os serviços ecossistêmicos que sustentam a própria produção a longo prazo. A manutenção da diversidade biológica nos açaizais é uma questão ambiental e uma condição para a resiliência produtiva e para a segurança alimentar das comunidades ribeirinhas.

ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1661843

4.5 Implicações para políticas públicas e agenda de desenvolvimento sustentável.

Há pelo menos três dimensões prioritárias de intervenção política: a primeira é o fortalecimento das organizações coletivas dos produtores: cooperativas e associações com acesso a serviços de assistência técnica, crédito e infraestrutura de armazenamento e beneficiamento constituem o principal mecanismo para reduzir o poder dos intermediários e ampliar a margem capturada pelos produtores familiares. A segunda dimensão é a formalização das relações de trabalho e o combate efetivo ao trabalho infantil, com atenção especial às regiões mais isoladas do estado, onde a ausência de fiscalização e de serviços públicos facilita práticas laborais irregulares. A terceira é a consolidação de sistemas de rastreabilidade e certificação que ampliem o valor agregado do açaí amazonense, explorando sua diferenciação em relação ao produto do Pará tanto pela composição botânica (*Euterpe precatoria*) quanto pelo sistema produtivo predominantemente extrativista e agroflorestal.

O reconhecimento do açaí como fruta nacional (Lei n.º 15.330/2026) e a crescente visibilidade internacional do produto abre uma janela de oportunidade para a valorização da origem amazônica e do modo de produção sustentável. Para que o Amazonas possa aproveitar essa janela, é necessário, contudo, avançar na resolução dos déficits de governança da cadeia, no fortalecimento da capacidade analítica e estatística sobre o setor e na construção de marcos regulatórios que articulem produtividade com equidade e conservação ambiental.

5 Considerações finais

Este artigo analisa a dinâmica da cadeia produtiva do açaí no estado do Amazonas entre 2020 e 2024, articulando dados quantitativos da produção municipal, representações espaciais apresentadas como figuras, séries históricas e análise qualitativa da estrutura da cadeia de valor e de seus desafios socioambientais.

A dinâmica produtiva e territorial do açaí no Amazonas é marcada pela coexistência entre crescimento econômico expressivo, 76,2% de aumento no valor da produção entre 2020 e 2023, e vulnerabilidades estruturais persistentes. Os principais vetores de crescimento identificados são: a expansão do Projeto Prioritário do Idam em 14 municípios, a introdução de variedades mais produtivas, o reconhecimento institucional do açaí como produto nacional e a crescente demanda dos mercados interno e externo.

Os nós críticos mais relevantes são a informalidade das relações laborais e comerciais, a dependência dos intermediários, a precariedade das condições de trabalho dos peconheiros, o trabalho infantil nas comunidades ribeirinhas e os riscos ecológicos associados à intensificação produtiva.

A análise cartográfica acrescentou dimensão espacial à compreensão do fenômeno. A concentração produtiva em Codajás e Humaitá, que respondem por 49,1% do valor estadual, resulta da confluência de condições ecológicas favoráveis, presença de política pública estruturante e inserção em redes comerciais consolidadas.

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1661843

Simultaneamente, a dispersão de produção em dezenas de municípios ao longo das calhas fluviais do Amazonas indica que o potencial territorial da cadeia está em processo de desenvolvimento, com oportunidades para municípios emergentes como Tapauá, Canutama e São Gabriel da Cachoeira.

Assim, a cadeia produtiva do açaí no Amazonas se apresenta como uma das condições necessárias para que o potencial econômico da sociobiodiversidade amazônica se converta em desenvolvimento territorial efetivamente incluyente e sustentável.

Referências

BRASIL. Lei n.º 15.330, de 20 de janeiro de 2026. Reconhece o açaí como fruta nacional do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 jan. 2026. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 11 jul. 2026.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Extrativismo vegetal na Amazônia: história, ecologia, economia e domesticação. Brasília: Embrapa, 2016. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1057102/extrativismo-vegetal-na-amazonia-historia-ecologia-economia-e-domesticacao>. Acesso em: 11 jul. 2026.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Produção Agrícola Municipal (PAM): Açaí (cultivo) — valor da produção, quantidade produzida, área colhida e rendimento médio, Brasil e estado do Amazonas, 2020–2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/acai-cultivo/am>. Acesso em: 10 jun. 2026.

Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM. Com produção em alta no Amazonas, açaí é reconhecido oficialmente como fruta autenticamente brasileira. Manaus: Idam, 20 jan. 2026. Disponível em: <https://www.idam.am.gov.br/com-producao-em-alta-no-amazonas-acai-e-reconhecido-oficialmente-como-fruta-autenticamente-brasileira>. Acesso em: 17 jun. 2026.

MARTINOT, Jean-François. O açaí no Amazonas: produção e dinâmica territorial. In: SIMPÓSIO SOBRE A CADEIA PRODUTIVA DO AÇAÍ NA AMAZÔNIA, 1., 2013, Manaus. Anais... Manaus: UFAM, 2013. P. 45-62.

Organização Internacional do Trabalho – OIT. Diagnóstico rápido setorial da produção de açaí na Amazônia Brasileira. Genebra: OIT, 2024. Disponível em: https://www.ilo.org/sites/default/files/2024-08/OIT_Relato%CC%81rio%20Ac%CC%A7ai%CC%81_web.pdf. Acesso em: 9 jun. 2026.

SIQUEIRA, Jhassem Antônio Silva de. A cadeia de valor do açaí: uma estratégia sistêmica na conservação dos agroecossistemas amazônicos no município de Carauari-AM. 2018. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia), Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia,



Amazonas: o agrário, o político e o urbano na contemporaneidade III



2026

ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1661843

Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/7157>. Acesso em: 4 jun. 2026.

TAGORE, Marcia; CANTO, Otavio. Arranjos produtivos locais e manejo do açaí em assentamentos agroextrativistas no Pará. ResearchGate, 2021. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/XXXXXXXXX>. Acesso em: 10 jul. 2026.

YAMAGUCHI, Klenicy Kazumy de Lima. Bioeconomia regional do açaí no Amazonas: desafios e perspectivas. In: YAMAGUCHI, Klenicy Kazumy de Lima (Org.). Sustentabilidade e desenvolvimento na Amazônia. Manaus: Oikos Editora, 2025.